

## ÍNDICE

<b>12.5 - Plano de Apoio aos Municípios .....</b>	<b>1/11</b>
12.5.1 - Programa de Apoio à Infraestrutura dos Serviços Públicos .....	1/11



## Legendas

Quadro 12.5.1-1 - Municípios da Área de Influência contemplados. .... 6/11



## 12.5 - Plano de Apoio aos Municípios

A seguir são apresentados os Programas Ambientais que compõem o Plano de Apoio aos Municípios, sendo 03 (três), a saber: Programa de Apoio à Infraestrutura dos Serviços Públicos; Programa Apoio à Elaboração/Revisão do Plano Diretor e; Programa de Minimização dos Efeitos da Desmobilização.

### 12.5.1 - Programa de Apoio à Infraestrutura dos Serviços Públicos

Este Programa insere-se no contexto do licenciamento da Linha de Transmissão 500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas, como uma medida mitigatória aos impactos causados pelo empreendimento, tais como interferências com o tráfego e sobrecarga de serviços nas áreas de segurança pública, saneamento, saúde e transporte. O Programa busca definir algumas ações que permitam a realização de parcerias com os poderes públicos municipais no sentido de estabelecer, através da integração de esforços das esferas privada e pública, as prioridades para aplicação de recursos visando o reforço da infraestrutura dos municípios onde serão instalados canteiros de obra do empreendimento ou cujas sedes municipais se situam na Área de Influência Direta (AID). Prevê ainda a instrumentalização dos gestores públicos para a potencialização das oportunidades provenientes deste processo e melhoria da qualidade de vida da população.

#### ▪ Objetivos

Este Programa tem como objetivo geral fornecer apoio ao Setor Público dos municípios onde haverá canteiros de obras para a construção do empreendimento. Para além destes municípios onde serão instalados canteiros, serão contemplados, ainda, 07 (sete) municípios baianos cujas sedes municipais se encontram na AID e mais 01 (um) município identificado como particularmente conflituoso pela confluência de uma gama de empreendimentos públicos e privados associados a grandes impactos ambientais. Através do mesmo, busca-se identificar prioridades junto aos gestores municipais, formalizar acordos e promover melhorias na infraestrutura de serviços públicos que apresentem relação direta ou indireta com os impactos identificados.

Para cumprir o seu objetivo, o Programa conta com uma série de objetivos específicos, listados a seguir:

- ▶ Estabelecer previamente e desenvolver um canal qualificado de diálogo entre os poderes públicos e o empreendimento para implementação das ações previstas;
- ▶ Identificar, juntos aos gestores públicos municipais, as principais carências e demandas dos municípios e definir prioridades para a aplicação dos recursos;
- ▶ Favorecer a formação de fóruns populares nos municípios onde for identificada esta necessidade pelos gestores públicos, para, de forma participativa, identificar fragilidades dos municípios frente ao empreendimento e validar prioridades e estratégias de ação;
- ▶ Estabelecer parcerias junto ao poder público para implantação de ações voltadas para suprir carências e demandas municipais identificadas como prioritárias, especialmente aquelas relacionadas com os impactos dos canteiros e intervenções do empreendimento;
- ▶ Indicar prioridades para aplicação de recursos, como na capacitação de funcionários e/ou infraestrutura dos municípios, de modo a mitigar e/ou compensar os impactos na rede de serviços públicos dos municípios;
- ▶ Realizar ações de monitoramento e avaliação das ações do Programa de forma contínua, possibilitando adequações de rumos;
- ▶ Estabelecer acordo entre o empreendedor e o poder público para ações de apoio a infraestrutura municipal.

## ▪ **Justificativa**

A implantação e a operação do empreendimento geram efeitos diretos sobre os componentes sociais, a infraestrutura e a governança municipal. Em especial, para o meio socioeconômico, destacam-se as interferências sobre as vias de tráfego, a pressão sobre os sistemas de saúde, habitação, transporte e segurança, especialmente nos municípios cujas sedes se encontram na AID, em um município onde se concentram conflitos socioambientais e nos municípios onde serão instalados canteiros de obras para a LT, onde permanecerão cerca de 300 a 500 trabalhadores durante os 18 (dezoito) meses previstos para a construção do empreendimento. Poderá também

ser intensificada a demanda por produtos de estabelecimentos comerciais e de serviços (como mercados, pousadas, hotéis e restaurantes), por serviços de lazer e eventos culturais, e por serviços de telefonia e abastecimento de energia elétrica.

Estes impactos são especialmente incidentes sobre municípios com menor população ou onde já existe sobrecarga desses serviços, como é o caso Centenário/TO, Lizarda/TO, Cristalândia do Piauí/PI, Monte Alegre do Piauí/PI, Gilbués/PI, Alto Parnaíba/MA, Caetité/BA e Planaltino/BA. Cabe ainda destacar que, durante a etapa de diagnóstico para elaboração do presente Estudo de Impacto Ambiental (EIA), foram identificados problemas particularmente graves relacionados à segurança pública no município de Pedro Afonso/TO e à quantidade expressiva de internações por doenças relacionadas à carência de saneamento adequado em Alto Parnaíba/MA, Serra Dourada/BA, Sapeaçu/BA e Planaltino/BA. Adicionalmente, em municípios mais populosos, como Castro Alves/BA, Barreiras/BA, Riachão das Neves/BA, Caetité/BA e Miracema do Tocantins/TO, foi identificada a ausência dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

A forma de lidar com os impactos com objetivo de proporcionar maior qualidade de vida à população tem sua eficácia ampliada na integração de esforços privados às ações do poder público municipal. Sendo assim, o Programa de Apoio à Infraestrutura dos Serviços Públicos se justifica na medida em que prevê o desenvolvimento de ações para minorar os efeitos negativos decorrentes da sobrecarga sobre os serviços públicos.

Além disso, o bom relacionamento entre o empreendedor e a Municipalidade propicia o estabelecimento de mais parcerias para a implantação das medidas previstas nos Programas Ambientais, além de outras que possam vir a ser de interesse do empreendedor e do poder público local, que não estejam relacionadas diretamente com o empreendimento.

Desta forma, o Programa é indicado com o intuito de se promover contrapartida às novas configurações socioeconômicas, culturais e ambientais trazidas às localidades pela implantação do empreendimento. Prevê-se o estabelecimento de diretrizes de ações em prol do apoio ao desenvolvimento municipal como forma de compensação e/ou mitigação dos impactos socioambientais nos municípios que abrigarão canteiros de obras e naqueles cujas sedes se situam na AID do empreendimento.

## ▪ Metas

- ▶ Realizar pelo menos 01 (uma) reunião com cada prefeitura dos municípios citados anteriormente, antes do início das obras;
- ▶ Indicar, em colaboração com os gestores, 01 (um) Plano de Ação de locação de recursos por município, onde estes devem ser prioritariamente alocados na região;
- ▶ Realizar pelo menos 01 (um) Fórum Participativo de validação do Plano de Ação junto à população, em cada município cuja demanda for identificada pelos gestores públicos;
- ▶ Promover 01 (uma) oficina de qualificação de funcionários ou gestores das prefeituras dos municípios selecionados, que estejam envolvidos em questões ligadas à infraestrutura;
- ▶ Promover 01 (uma) reunião por semestre com os gestores públicos para avaliação e acompanhamento;
- ▶ Estabelecer acordo entre o empreendedor e o poder público de todos os municípios contemplados pelo Programa.

## ▪ Metodologia

A metodologia a ser adotada neste Programa prevê a construção de um processo participativo e integrador entre setores que compõem a gestão dos municípios afetados pela LT 500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas, adotando como princípio a intersectorialidade como condição de governança local. Entende-se por governança “a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, na busca de solução inovadora para os problemas sociais, forjando possibilidades e chances de um desenvolvimento local sustentável para todos no futuro” (LÖFFER, 2001:212 *apud* KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Neste processo, a articulação de saberes e experiências é essencial para a identificação de problemas coletivos e para as decisões integradas sobre políticas e investimentos, visando obter retornos sociais pautados pelos princípios de desenvolvimento local e



superação das desigualdades. Assim, este Programa deve primar pela realização de ações articuladas às demandas e às iniciativas locais já em andamento, a fim de se estabelecer estratégias de ação que contemplem as especificidades locais e consolidem um capital social capaz de exercer ações de acompanhamento e monitoramento das ações implementadas.

Para tanto, serão realizadas reuniões prévias com os gestores públicos de modo a estabelecer um canal de diálogo entre os poderes públicos municipais e o empreendimento. Nestas reuniões, serão identificadas as principais carências e demandas municipais, a partir das quais serão estabelecidas prioridades, consolidadas em Planos de Ação. Naqueles municípios cujos gestores identificarem a necessidade de envolvimento da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais no processo decisório, será estimulada a formação de fóruns populares com o objetivo de identificar, de forma participativa, as fragilidades dos municípios frente ao empreendimento, fortalecer mecanismos de controle social e validar estratégias de ação. A partir destas ações, será possível construir acordos entre empreendedor, gestores públicos e comunidades, validando de forma participativa estes Planos de Ação.

Adicionalmente, serão realizadas atividades de qualificação técnica dos gestores públicos, através de cursos de gestão de programas e investimentos em infraestrutura dos municípios. Ao mesmo tempo, serão promovidas reuniões semestrais com os gestores envolvidos de modo a promover o acompanhamento sobre as ações em desenvolvimento.

Por fim, deve ser considerado que todos os acordos estabelecidos entre os atores devem estar adequados aos pontos de vista sociocultural, ambiental e legal. Estes acordos devem, ainda, apresentar viabilidade técnica e econômica, sendo sustentáveis em relação a todos esses aspectos.

#### ▪ Público-alvo

Este Programa é destinado aos municípios que abrigarão canteiros de obras do empreendimento, e que estão situados em 04 (quatro) estados brasileiros (Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins); 07 (sete) municípios baianos cujas sedes municipais se situam na AID, e mais o município baiano de Caetité, identificado como

particularmente conflituoso em função da presença de grandes empreendimentos geradores de impactos socioambientais, conforme **Quadro 12.5.1-1**.

**Quadro 12.5.1-1 - Municípios da Área de Influência contemplados.**

Estados	Municípios	Critério de Inclusão no Programa de Apoio à Infraestrutura dos Serviços Públicos
Bahia	Sapeaçu	Canteiro de obras e sede municipal na AID
	Castro Alves	Canteiro de obras
	Planaltino	Canteiro de obras e sede municipal na AID
	Ibicoara	Canteiro de obras
	Igaporã	Canteiro de obras
	Livramento de Nossa Senhora	Canteiro de obras
	Baianópolis	Sede municipal na AID
	Tabocas do Brejo Velho	Sede municipal na AID
	Serra Dourada	Sede municipal na AID
	Sítio do Mato	Sede municipal na AID
	Nova Itarana	Sede municipal na AID
	Santa Teresinha	Sede municipal na AID
	Caetité	Conflitos socioambientais
	Bom Jesus da Lapa	Canteiro de obras
	Santana	Canteiro de obras
	Barreiras	Canteiro de obras
	Riachão das Neves	Canteiro de obras
Piauí	Cristalândia do Piauí	Canteiro de obras
	Gilbués	Canteiro de obras
	Monte Alegre do Piauí	Canteiro de obras e sede municipal na AID
Maranhão	Alto Parnaíba	Canteiro de obras
Tocantins	Lizarda	Canteiro de obras
	Centenário	Canteiro de obras
	Pedro Afonso	Canteiro de obras
	Miracema do Tocantins	Canteiro de obras

Fonte: ATE XVI Transmissora de Energia e Ecology and Environment do Brasil

## ▪ Indicadores de Efetividade

O acompanhamento e avaliação deste Programa serão realizados utilizando-se dos seguintes indicadores:

- ▶ Número de reuniões realizadas antes do início das obras, com cada prefeitura;
- ▶ Número de Planos de Ação Municipais consolidados;
- ▶ Número de Fóruns Participativos nos municípios onde esta demanda for apresentada pelos gestores públicos (atas de reunião, lista de presença, fotos);
- ▶ Número de oficinas, quantidade de gestores que participaram dos cursos/quantidade prevista e número de profissionais dos poderes públicos que tiveram acesso ao apoio técnico;
- ▶ Quantidade de acordos formalizados entre o empreendedor e o poder público.



▪ Cronograma de Execução

Cronograma da Obra		LT 500 kV Miracema - Sapeaçu e Subestações Associadas																							
		Ano 1												Ano 2											
Atividades	Mês	-6	-5	-4	-3	-2	-1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>																									
1.1 Emissão da Licença de Instalação (LI)																									
1.2 Emissão da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV)																									
1.3 Acompanhamento da Obra e emissão da Licença de Operação (LO)																									
<b>2. ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO - LINHA DE TRANSMISSÃO</b>																									
2.1 Projeto Executivo																									
2.2 Mobilização																									
2.3 Instalação de Canteiros																									
2.4 Desempedimento da Faixa (Fundário)																									
2.5 Abertura de Faixa e Acessos (Supressão da Vegetação)																									
2.6 Corte Seletivo (Árvores Fora da Faixa)																									
2.7 Fundações																									
2.8 Montagem de Torres																									
2.9 Lançamento de Cabos																									
2.10 Seccionamento e Aterramento de Cercas																									
2.11 Ensaio de Comissionamento																									
2.12 Operação Comercial																									
<b>3. ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO - SUBESTAÇÕES</b>																									
3.1 Projeto Executivo																									
3.2 Mobilização																									
3.3 Instalação de Canteiros																									
3.4 Regularização Fundiária																									
3.5 Supressão da Vegetação																									
3.6 Fundações e Obras Cíveis																									
3.7 Montagem Eletromecânica																									
3.8 Ensaio de Comissionamento																									
3.9 Operação Comercial																									

Cronograma do Programa		Programa de Apoio à Infraestrutura dos Serviços Públicos																							
		Ano 1												Ano 2											
Atividades	Mês	-6	-5	-4	-3	-2	-1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Planejamento Inicial																									
Reuniões com gestores municipais																									
Elaboração de Planos de Ação municipais																									
Validação dos Planos de Ação municipais																									
Formalização de acordos com gestores municipais																									
Cursos de Gestão																									
Cursos de Qualificação para Funcionários Públicos																									
Reuniões de acompanhamento e avaliação																									
Execução de medidas de apoio acordadas																									
Elaboração de Relatórios Qualitativos Municipais																									

Coordenador:

Técnico:



### ▪ Relação com outros Planos e Programas

Este Programa apresenta interface com o Programa de Apoio à Elaboração/Revisão do Plano Diretor, na medida em que reúne gestores e comunidade para pensar as questões municipais, com o Programa de Minimização dos Efeitos da Desmobilização, atuando sobre as fragilidades infraestruturais dos municípios, e com os Programas de Capacitação de Mão de obra e de Educação Ambiental, na medida em que podem compartilhar parte de seu público-alvo, constituído também por gestores públicos.

### ▪ Identificação dos Responsáveis e Parceiros

Este Programa é de responsabilidade do empreendedor, podendo contratar instituição ou empresa, estabelecer convênios ou parcerias com instituições públicas ou privadas para sua implementação.

### ▪ Fase do Empreendimento

O Programa terá início antes do início da fase de instalação do empreendimento e seu desenvolvimento estender-se-á até pouco depois do término das obras, cuja duração está prevista para 18 (dezoito) meses.

### ▪ Equipe Técnica

Nome	Formação	Cadastro Técnico Federal (IBAMA)	Documento
DSc. Natalia Gaspar	Ciências Sociais	2006929	11318099-6 DETRAN/RJ
Bach. Roberto Brasil	História	3897718	21197620-4 DETRAN/RJ

### ▪ Referências Bibliográficas

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança Pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 2006.

